



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

### Interpeção Oral

Nos termos do artigo 15.º da Resolução n.º 2/2004, “[o] Governo deve responder, por escrito, no prazo de trinta dias a contar da data da recepção do requerimento pelo Chefe do Executivo”. Mas, segundo os dados da Assembleia Legislativa sobre as interpelações escritas (vide quadro abaixo): na 1.ª Sessão Legislativa da VI Legislatura, foram apresentadas 747 interpelações escritas e, na 2.ª Sessão Legislativa, 764; e, quanto às respostas do Governo dadas no prazo de 30 dias, na primeira sessão, atingiram 62,38%, na segunda, 56,15%, e, na terceira, até 24 de Janeiro, 39,72%, e, nesta última, as respostas dadas fora do prazo atingiram 51,4%, o que demonstra uma tendência de descida significativa da eficiência administrativa.

**Estatísticas sobre as respostas do Governo às interpelações escritas dos deputados na 1.ª, 2.ª e 3.ª Sessões Legislativas da VI Legislatura (Dados referentes ao período entre 16 de Outubro de 2017 e 24 de Janeiro de 2020)**

Sessão Legislativa	Interpelações respondidas no prazo legal de 30 dias	Interpelações respondidas fora do prazo	Interpelações sem resposta, mesmo fora do prazo	Total
1.ª Sessão	466 (62,38%)	280 (37,48%)	1 (0,14%)	747



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

Legislativa				
2. <sup>a</sup> Sessão Legislativa	429 (56,15%)	331 (43,32%)	4 (0,53%)	764
3. <sup>a</sup> Sessão Legislativa	85 (39,72%)	110 (51,4%)	19 (8,88%)	214

Segundo alguns cidadãos, os deputados pretendem, através de interpelação escrita, cumprir o dever de fiscalização, ajudando os cidadãos a resolver problemas da vida da população, mas o Governo não lhes dá uma resposta, mesmo depois dos 30 dias. O Governo, na sua resposta de 2 de Março, aponta que *“[n]a realidade, atendendo ao facto de estar a sociedade cada vez mais atenta aos trabalhos de acção governativa, os níveis das questões colocadas pelos deputados numa interpelação também são cada vez mais abrangentes, e por norma envolvem vários aspectos, inclusive várias áreas e atribuições de diversos serviços, de modo que, numa perspectiva global, para responder de forma plena e correctamente a cada questão contida na interpelação, torna-se, inevitavelmente, necessário obter informações de todos os serviços envolvidos e proceder à respectiva organização, motivo pelo qual até ao presente momento algumas interpelações não foram respondidas atempadamente, figurando-se, principalmente, as que envolvem diversas áreas e de foro interdepartamental”*, querendo isto dizer que algumas interpelações escritas podem continuar a não ter uma resposta mesmo após os 30 dias, e pode haver cada vez mais



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

casos destes, portanto, depois de os cidadãos pedirem ajuda aos deputados, é possível que o Governo não consiga uma solução ao fim de 1 mês, não conseguindo dar uma resposta aos pedidos dos cidadãos tendo em conta as suas necessidades urgentes.

Assim, interpelo sobre o seguinte:

1. Os deputados pretendem, através de interpelação escrita, cumprir o dever de fiscalização, ajudando os cidadãos a resolver problemas da vida da população, mas o Governo, na sua resposta de 2 de Março, aponta que *“[n]a realidade, atendendo ao facto de estar a sociedade cada vez mais atenta aos trabalhos de acção governativa, os níveis das questões colocadas pelos deputados numa interpelação também são cada vez mais abrangentes, e por norma envolvem vários aspectos, inclusive várias áreas e atribuições de diversos serviços, de modo que, numa perspectiva global, para responder de forma plena e correctamente a cada questão contida na interpelação, torna-se, inevitavelmente, necessário obter informações de todos os serviços envolvidos e proceder à respectiva organização, motivo pelo qual até ao presente momento algumas interpelações não foram respondidas atempadamente, figurando-se, principalmente, as que envolvem diversas áreas e de foro interdepartamental”*, querendo isto dizer que algumas interpelações escritas podem continuar a não ter uma resposta mesmo após os 30 dias, e pode haver cada vez mais casos destes, portanto, depois de os cidadãos pedirem ajuda aos deputados, é possível que o Governo não consiga uma solução ao fim de 1 mês, não conseguindo dar uma resposta aos



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

pedidos dos cidadãos tendo em conta as suas necessidades urgentes. Será mesmo que o Governo não pode dar uma resposta no prazo de 30 dias?

2. Segundo alguns especialistas e académicos, à medida que o desenvolvimento social é mais amadurecido, mais elevadas são as exigências da população em relação ao Governo, portando, a eficiência administrativa deve acompanhar a evolução dos tempos, por forma a corresponder ao desenvolvimento social e às expectativas da população, daí que o Governo deva resolver o problema da baixa eficiência na resposta às interpelações. Segundo os dirigentes do País, há sempre mais soluções do que problemas, assim, sugiro que, por exemplo, os serviços públicos façam horas extraordinárias para concluírem os referidos trabalhos; se realizem mais reuniões interdepartamentais; e até se criem grupos de comunicação *online* para facilitar a comunicação, o intercâmbio e a troca de informações, os quais são muito populares na sociedade, podendo poupar tempo e reduzir os procedimentos de os documentos “passarem pelo mundo todo”, aumentando assim a eficiência global das respostas às interpelações. O que é que o Governo tem a dizer sobre isto?

O Deputado à Assembleia Legislativa,

Mak Soi Kun

1 de Abril de 2020